

Prólogo

René E. Gertz

Convidado a escrever um prefácio para este livro, constatei que os capítulos são antecidos de uma “apresentação” e de um texto intitulado “eternos migrantes”, o qual, a rigor, é um prefácio. Diante do fato, ocorreu-me escrever um posfácio – mas este seria remetido lá para o final do livro, e poucos o leriam.

Ao pensar num posfácio, tinha certeza de que ao menos minhas ex-orientandas e meus ex-orientandos de mestrado e de doutorado entenderiam esta decisão. Na confecção de suas dissertações e de suas teses, parte significativa manifestava dificuldades para redigir a “conclusão”, as “considerações finais”, enfim, seja qual fosse o nome que o texto de fechamento deveria levar.

Minha recomendação sempre foi a de evitar um resumo daquilo que havia sido escrito ao longo do trabalho, sobretudo numa linguagem que apontasse, expressamente, nesta direção, ao estilo “no primeiro capítulo mostrou-se ...”; “no segundo foram apresentados...”, etc. Eu insistia que este procedimento, muito provavelmente, levaria um leitor ou uma leitora que tivesse gostado do tema e da escrita, até ali, a mudar de opinião. Quem tivesse lido o trabalho, e tomado conhecimento daquilo que foi abordado, até poderia ofender-se com um resuminho finalizador deste tipo. Uma “conclusão” destas poderia ser tudo, menos o “ponto alto” do texto.

[12] A sugestão para contornar a situação ia, invariavelmente, na seguinte direção: a introdução e os capítulos deveriam caracterizar-se pela sobriedade e pela consistência; a linguagem deveria ser objetiva, a metodologia sólida, os dados convincentes e abundantes em relação às ilações derivadas – lembro meu bordão sobre “densidade narrativa”. Tudo deveria estar “fincado no chão”.

Em contrapartida, o “fecho” poderia ser utilizado para “levantar voo”, para “soltar a criatividade”, para, eventualmente, sugerir resultados não explicitamente dados pelas fontes, mas plausíveis. Mesmo que coubesse manifestar modéstia, deixando claro aquilo que não pôde ser atingido, as hipóteses iniciais que não chegaram a ser comprovadas, seria interessante aventar potencialidades de avanço no campo em estudo, indicar possibilidades a serem trilhadas pelos próprios autores ou por outros pesquisadores, no

futuro. Enfim, na parte final, seria possível ir além daquilo que estava no restante do texto. Seriam admissíveis “excessos”.

Para tentar fazer algo parecido, resolvi escrever um prólogo. Tendo sua origem no teatro grego, literatos conhecidos o utilizaram para antepô-lo a obras suas, muitas vezes em tom bem-humorado e irônico.

Sem me referir a autores ou a capítulos específicos, louvo, enfaticamente, a concepção multifacetada e pluralista do livro. Como dos 16 capítulos apenas dois abordam temáticas mais gerais, seja em termos internacionais, seja em termos de Brasil, e 14 se dedicam a algum aspecto ligado à imigração e/ou à migração na região sul, sobretudo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, vou divagar, muito brevemente, sobre quatro insights, quatro elocubrações muito pessoais sobre esta temática, pois me dedico a este objeto há quase 50 anos.

Sei que estes insights, estas divagações são pouco ortodoxos, mas sempre apreciei o confronto de opiniões, de concepções divergentes, cultivadas com respeito intelectual recíproco, como elemento fundamental para o progresso da ciência, aqui da Ciência Histórica (gosto da palavra alemã *Geschichtswissenschaft*, em contraposição a *Geschichte*, que se refere ao processo a ser estudado pela ciência). Poderia lembrar, também, que do confronto de “tipos ideais” resulta a luz, se chega a uma melhor compreensão da realidade.

Primeiro ponto. Nos escritos mais antigos sobre colonização, imigração, migração no sul do Brasil, aparecem, com destaque, conceitos como “assimilação”, “aculturação”. Elas derivavam de preocupações então vigentes sobre “caráter [13] nacional”, “cultura brasileira”. Ainda que, após a Segunda Guerra Mundial, autores como Dante Moreira Leite e Carlos Guilherme Mota tenham feito a devida crítica a estes conceitos, muitos estudos sobre colonização e imigração continuam refletindo esta influência. Mesmo em textos de historiadores de ponta, encontram-se, por exemplo, referências a escolas “alemãs”, “italianas”, “polonesas”, quando, na verdade, eram – quase sem exceção – escolas brasileiras, nas quais o ensino era feito em uma língua que não fosse o português. Mas eram escolas que preparavam para a cidadania brasileira.

Pergunto quando vamos abandonar a ideia de que existe uma cultura brasileira “típica”, e ficar classificando de “estrangeiro” – antigamente se dizia “alienígena” – aquilo que os próprios observadores não conseguem enquadrar em sua definição

restritiva, portanto bitolada? No futuro, talvez a “cultura brasileira” venha a ostentar como patrimônio seu um dialeto senegalês que não exista mais no próprio Senegal – como já acontece hoje com dialetos praticados por descendentes de imigrantes que vieram um pouco antes dos senegaleses.

Segundo ponto. A tradição assimilacionista contava com uma futura diluição completa dos imigrantes e de seus descendentes numa suposta sociedade “tipicamente” brasileira, no famoso “*melting pot*”. Concretamente, isto significava seu desaparecimento como tais, tanto física quanto culturalmente. Mas isto não aconteceu nem num nem noutra sentido. A cor da pele mais clara dos centro-europeus, por exemplo, poderia alterar-se um pouco, em função da intensidade do sol, mas, em contrapartida, a permanência objetiva, material do grupo poderia manifestar-se, claramente, nos índices de câncer de pele mais elevados que a média nacional – isto sem falar no formato dos olhos, na configuração dos cabelos, e em vários outros traços físicos.

Mas os “alienígenas” também não desapareceram do ponto de vista imaterial, cultural. Fico impressionado quando vejo intelectuais de projeção deste país manifestando estranheza pelo fato de que “usbequistaneses”, muitas décadas depois da vinda de seus antepassados, continuariam a autotransclassificar-se como tais. Tenho falado na prática de uma “*contradictio in adiecto*”, ao referir-me a este tipo de manifestação – o próprio intelectual altamente qualificado não se dá conta de que a entidade cuja existência ele estranha, e gostaria de ver desaparecida, está muito presente, constitui um fato, em sua própria cabeça, a ponto de referi-la [14] com absoluta naturalidade (a frase “não entendo por que os usbequistaneses se consideram usbequistaneses” é uma contradição em si mesma). Sim, os “usbequistaneses” continuam a existir, não só de forma material, mas também “imaterial”, neste país de imigração, até no cérebro do intelectual que os detesta.

Com muita frequência, estes intelectuais – que dizer, então, do “povo em geral”? – não têm qualquer consciência do significado ou da conotação de certas palavras. Em meu recente livro de memórias, relatei um episódio acontecido durante uma defesa de tese em História. À certa altura de sua fala, o doutorando disse – com ar claramente autoflagelante – que seu pai se considera “alemão”. Perguntei se ele é reservista da *Bundeswehr*, do exército alemão? Respondeu que não, que é reservista do Exército Brasileiro. Tentei explicar-lhe que, neste caso, sua autodefinição não tinha nada a ver com sua condição de cidadão brasileiro, que o significado do adjetivo “alemão” é outro.

Como o tema abordado na tese se aproximava da Segunda Guerra Mundial, lembrei que estudos até aqui realizados indicam que cerca de 800 “alemães” brasileiros lutaram na guerra contra alemães (sem aspas) – sobre “italianos” brasileiros não tenho números, mas, certamente, não foram menos; idem para os “poloneses” brasileiros. “Alemães”, “italianos”, “poloneses” morreram lutando contra alemães e italianos. Chegou a formar-se um folclore em torno dos pracinhas brasileiros “catarinas” – um general foi acusado, após o retorno da Europa, de angariá-los para a formação de um batalhão especial, a seu jeito.

Sim, existiram (e continuam existindo) dois fenômenos que precisam ser ao menos indicados, neste contexto: “resistência à assimilação” e “etnização” artificial. Como estou tratando do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, não há como negar que entre “alemães”, “italianos” e “poloneses” havia ideólogos que se opunham à “assimilação”. E, sobretudo num passado mais recente, não só pessoas físicas e jurídicas privadas, mas até órgãos públicos praticam políticas de “etnização”, muitas vezes no claro intuito de obter ganhos econômicos – atraindo turistas, por exemplo. O problema é saber que efeitos tiveram no passado e continuam tendo no presente estas “pregações”, sobre o conjunto das comunidades envolvidas.

Apesar de vivermos numa sociedade de massas, praticamente em nível planetário, um estudo de alguns anos atrás da ONU indicou que um percentual muito alto de casamentos, pelo mundo afora, se dá entre pessoas que se conhece[15]ceram dentro de seu clube, de sua escola, de sua igreja, de sua vizinhança, enfim dentro de locais normal e costumeiramente frequentados. Muitos anos atrás, fiz uma brincadeira em um de meus escritos, afirmando que um rapaz casadoiro de São Leopoldo, lá por 1890, não prepararia seu cavalo, numa tarde de sábado, para ir a um baile em Viamão – a 50 km de distância – só para “misturar-se”, mas iria, naturalmente, ao baile na Fazenda São Borja, que fica logo ali, onde encontraria gente como ele.

Max Weber disse, certa vez, que o homem, por natureza, gostaria de viver como sempre viveu. E isto implica preservar certos hábitos e gostos, por exemplo, certas condutas de vida. Quando subo a serra, em direção a Caxias do Sul, e vou a algum lugar para comer, na primeira garfada de salada sinto que a quantidade de vinagre aplicada é bem superior àquela que era aplicada por minhas avós ou por minha mãe – de acordo com aquilo que era praxe na Ucrânia, de onde vieram meus antepassados. Não se trata de uma conspiração dos caxienses para afugentar-me de sua região nem de uma trama para

umentar a importação de vinagre da Itália. Trata-se da persistência natural de um traço cultural. Sim, existe folclore “fabricado”, mas também existe folclore autêntico, legítimo. Venho constatando que geógrafos têm escrito com maior habilidade que historiadores sobre “regiões culturais” – que realmente existem, e não são apenas “inventadas”.

Terceiro ponto. Todo cientista social que não adere a um pensamento dogmático, que não se compromete com inimigos de uma sociedade aberta (Karl Popper), vai enfrentar antinomias. No meu caso, após a explicitação tentada no item anterior, sou obrigado a referir um “outro lado da moeda”, não vinculado à “etnização” destinada a atrair turistas incautos, mas num sentido diferente. Apesar de, em escrito recente, ter feito crítica à tese de doutorado de André Fabiano Voigt, intitulada “a invenção do teuto-brasileiro”, defendida em 2008, acabei transcrevendo um trecho relativamente longo com o qual não tenho discordância, que endosso, motivo pelo qual repito a citação: “Desta forma, é relevante destacar que o assunto abordado nesta pesquisa é apenas um exemplo do que vem sendo operacionalizado nos tempos atuais a respeito de todas as políticas de inclusão e de vitimização, novas tecnologias de supressão da política [...]. Estas estratégias são armas muito úteis para governar populações, esfaceladas em identidades culturais (teuto-brasileiro, afro-brasileiro, etc.), sexuais (mulheres, **[16]** gays, lésbicas, transgêneros, etc.), etárias (criança, adolescente, idoso, etc.), socioeconômicas (ricos, pobres, miseráveis, classe média, etc.), todas distanciadas de suas capacidades políticas, levadas a crer que a única alternativa restante é a concessão de privilégios, que as infantilizam e as distanciam ainda mais de uma participação ativa em todos os setores da sociedade”.

Sou obrigado a confessar-me adepto da modernidade e de suas conquistas. Estou convicto de que suas eventuais “irracionalidades” são superáveis justamente pelo recurso à Razão. Concretamente, isto significa que este país é plural, multicultural, todos têm direito de cultivar suas especificidades, desde que o “bem comum” não seja afetado por estas práticas – claro que tenho plena consciência das situações-limítrofes. Mas é muito melhor termos como referência central o universal, o geral, o qual pode incluir e abrigar muitos específicos, do que termos o específico como centro, pois esta situação, quase forçosamente, levará à exclusão do outro, do diferente, daquele que não se enquadra no referido específico. A modernidade é inclusiva; a pós-modernidade, no mínimo, tende à exclusão, desagrega.

O destaque conferido a “minorias”, neste mundo pós-moderno, pode gerar tentativas de impor seus interesses específicos ao conjunto, à totalidade. Como sei da complexidade e dos perigos contidos nesta afirmação, inventei um exemplo que ainda não me causou problemas, motivo pelo qual o repito. Defenderei com toda a minha força concidadãos que queiram aderir a algo diferente, à “religião” dos adoradores de fogo, por exemplo. Mas se sua “igreja” lhes exigir um culto doméstico diário com o acendimento de uma grande fogueira dentro de sua moradia, e esta for um apartamento do prédio em que moro, farei de tudo para acabar com a asneira.

Em resumo, quando pessoas físicas ou jurídicas estimulam a produção de identidades artificiais para atrair turistas, podemos defrontar-nos com situações ridículas; quando, porém, o Estado exerce pressões para que seus cidadãos se autotransformem como pertencentes a determinada identidade, pode estar sendo criado o germe de conflitos sangrentos, de guerras civis. Conflitos derivados de problemas sociais (de um maior ou menor acesso a um bem) normalmente desaparecem quando a desigualdade é diminuída ou eliminada. Conflitos derivados de diferenças “irracionais” – como cultura, “etnia”, religião etc. –, via de regra, são inapagáveis, uma vez instaladas em uma sociedade.

[17] Quarto e último ponto. Bibliografia de qualidade sobre o tema é muito escassa, mas são abundantíssimas as referências, no senso comum – mesmo no intelectual, incluindo doutores em História –, de que as imigrações históricas para o sul do Brasil seriam responsáveis por altos índices de racismo, na região. Esta afirmação chega a ser repugnante quando pronunciada num contexto de autoflagelação. Fato, porém, é que estudos consistentes, objetivos sobre este tema são complexos, difíceis – talvez por isso, praticamente inexistentes. Na linha de Karl Popper, fatos em sentido contrário (“refutações”) são expressamente ignorados. Cabe, porém, lembrar um pouco da história deste tema. O mesmo fenômeno que se observa neste momento teve um antecedente nos anos 1930/1940.

Um autor referido no texto dos editores desta coletânea produziu, poucos anos atrás, estudo sobre um episódio acontecido no passado. Durante a Segunda Guerra Mundial, um cidadão foi preso e torturado sob a acusação de ser brasileiro da pior espécie, em função de sua “procedência nacional”. O tratamento recebido o levou a praticar suicídio. O poder judiciário da época jamais lhe daria ganho de causa. Mas, mais de 50 anos após os fatos, a família recorreu ao poder judiciário contemporâneo. Mesmo que a primeira instância tenha se mostrado ainda imbuída do espírito que vigorou na década de

1940, tanto a segunda instância quanto o STJ e o STF confirmaram que o cidadão foi vítima de racismo, condenando o Estado brasileiro a indenizar a família. Inclusive, a Comissão da Verdade reconheceu o erro e a consequente agressão praticados, na época, reabilitando-o.

Infelizmente, neste momento, altas autoridades deste país têm declarado, em público, que cidadãos brasileiros de determinada “procedência nacional” (Artigo 20 da Lei n. 7.716/89) possuem uma “tendência” à maldade. E a coisa chega a ficar quase apavorante quando altas instâncias do poder judiciário – aparentemente desconhecendo as citadas decisões de colegas –, no mínimo, insinuam concordar com esta avaliação. Há motivos para preocupação, pois nós mesmos ou, então, nossos filhos poderão ser condenados a pagar novas indenizações a famílias agredidas por atos racistas que estão sendo praticados por agentes de Estado – ainda mais que a Constituição de 1988 estabelece que racismo é imprescritível.

Prezados leitores, meditem sobre isto, quando forem ler os instigantes textos reunidos nesta coletânea.